

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anexo I

PREVISÃO DA RECEITA

ESTIMATIVA DA RECEITA

	2015	2016	2017
I. RECEITA CORRENTE	795.926.702	830.857.290	892.723.113
1.1 Receita Própria	265.963.075	293.742.692	321.176.534
1.1 IPTU	38.436.850	43.405.696	48.160.964
(-) Renúncia IPTU	-325.318	-367.373	-407.620
1.1 IPTU - Líquido	38.111.532	43.038.323	47.753.344
1.2 IRRF	8.449.763	9.542.089	10.587.463
1.3 ITBI	12.380.781	13.981.282	15.512.987
(-) Renúncia ITBI	-136.000	-153.581	-170.407
1.3 ITBI - Líquido	12.244.781	13.827.701	15.342.580
1.4 ISSQN	60.046.706	67.809.123	75.237.884
(-) Renúncia ISSQN	-504.403	-569.609	-632.012
1.4 ISSQN - Líquido	59.542.303	67.239.514	74.605.872
1.5 Taxas - Executivo	1.119.713	1.199.348	1.262.699
(-) Renúncia - Taxas	-10.218	-11.539	-12.803
1.5 Taxas - Executivo - Líquido	1.109.495	1.187.809	1.249.896
1.6 Contribuição Previdenciária Servidor	13.754.055	14.372.987	15.019.772
1.7 Contribuição Assistência Saúde Servidor	3.600.952	3.762.995	3.932.330
1.8 Aplicações Financeiras - Executivo	5.750.000	6.612.500	7.604.375
1.9 Aplicações Financeiras - PREVPEL	2.120.713	2.216.145	2.315.871
1.10 Aplicações Financeiras - SANEP	295.000	360.000	420.000
1.11 Receita de Serviços - Executivo	6.665.000	7.216.750	7.828.863
1.12 Receita Serviços - SANEP	76.760.000	82.880.000	89.270.000
(-) Renúncia Tarifa Água	-45.000	-50.000	-20.000
1.13 Receita Serviços SANEP - Líquido	76.715.000	82.830.000	89.250.000
1.14 Multa de Trânsito	1.323.522	1.494.617	1.658.359
1.15 Multa da Dívida Tributária	118.036	133.295	147.898
1.16 Multa de Outras Origens	55.840	63.059	69.967
1.17 Dívida Ativa Tributária	16.185.237	18.277.551	20.279.930



1.18 Receita de Carnaval	229.775	259.478	287.905
1.19 Outras - Executivo	2.179.015	2.458.235	2.730.181
1.20 Outras - SANEP	14.700.000	15.910.000	17.020.000
1.21 Outras - PREVPEL	2.813.056	2.939.644	3.071.928
1.2 Transferência Intra-Orçamentária	28.599.589	29.886.570	31.231.466
2.Transferências da União	259.011.361	247.509.057	262.201.994
2.1 FPM cota-parte	63.990.565	71.248.503	78.275.529
2.2 ITR	62.640	69.744	76.623
2.3 Lei Kandir	782.012	870.710	956.585
2.4 Auxílio Financeiro - Esforço Exportação (MP nº 193/04)	452.174	503.460	553.115
2.5 Convênios Saúde	157.567.214	155.264.750	163.027.987
2.6 Convênios Educação	20.350.000	10.657.500	11.190.375
2.7 Convênios Assistência Social	4.131.947	3.807.755	3.807.755
2.8 Outros Convênios	1.001.798	1.115.424	1.225.435
2.9 Outras Transferências	10.673.011	3.971.211	3.088.590
3.Transferência do Estado	187.793.838	205.043.233	222.932.600
3.1 ICMS cota-parte	105.502.598	117.468.914	129.054.521
3.2 IPVA cota-parte	33.475.418	37.272.266	40.948.318
3.3 IPI Exportação	2.033.503	2.264.147	2.487.453
3.4 Convênios Saúde	45.454.996	47.202.746	49.562.883
3.5 Convênios Educação	630.000	661.500	694.575
3.6 Convênios Assistência Social	217.173	0	0
3.7 Outros Convênios – CIDE - PRONAF	60.000	65.000	70.000
3.8 Outras Transferências	420.150	108.660	114.850
4.Transferências Multigovernamentais	95.728.186	100.514.595	105.540.325
4.1 FUNDEB	95.728.186	100.514.595	105.540.325
Deduções	41.169.347	45.838.857	50.359.806
(-) Contribuições FUNDEB	41.169.347	45.838.857	50.359.806
II - RECEITA DE CAPITAL	143.625.548	74.298.751	5.853.563
1 - Alienação de bens	259.783	298.751	343.563
2 - Operações de Crédito	75.980.000	44.900.000	5.400.000
2.1 PMAT	3.300.000	3.000.000	4.000.000
2.2 PAC II - Saneamento	6.180.000	3.700.000	0

2.3 PAC II - Pavimentação	23.000.000	12.600.000	1.400.000
2.4 Reestruturação do Sistema de Mobilidade Urbana	43.500.000	25.600.000	0
3 - Transferências do Estado	0	0	0
4 - Transferências da União	67.385.765	29.100.000	110.000
4.1 Transferência PAC II - Habitação	8.200.000	3.000.000	0
4.2 PAC II - Saneamento	4.000.000	6.000.000	0
4.3 PAC II - Abastecimento	22.500.000	20.000.000	0
4.4 PAC II - Cidades Históricas	32.595.765	0	0
4.5 Transferência SANEP	90.000	100.000	110.000
III. RECEITA TOTAL GERAL	939.552.250	905.156.041	898.576.676

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA 2015

ESPECIFICAÇÃO	Valores
RECEITAS CORRENTES (I)	808.496.459,00
Receita Tributária	119.457.874,00
IPTU	38.111.532,00
ISS	59.542.303,00
ITBI	12.244.781,00
IRRF	8.449.763,00
Outras Receitas Tributárias	1.109.495,00
Receita de Contribuições	17.355.007,00
Receita Patrimonial	8.165.713,00
Receita de Serviços	83.380.000,00
Transferências Correntes	542.533.385,00
Cota-Parte do FPM	63.990.565,00
Cota-Parte do ICMS	105.502.598,00
Cota-Parte do IPVA	33.475.418,00
Cota-Parte do ITR	62.640,00
Transferências da LC 87/1996	782.012,00
Transferências do FUNDEB	95.728.186,00
Outras Transferências Correntes	242.991.966,00
Outras Receitas Correntes	37.604.480,00
DEDUÇÕES (II)	63.873.165,00
IRFF	8.449.763,00
Contribuição. para o Plano de Previdência do Servidor	13.754.055,00
Compensação Financeira entre Regimes Previdência	500.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	41.169.347,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	744.623.294,00

FONTE: Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015

As receitas foram estimadas para o período de 2015 a 2017 tomando-se por base a projeção revista da receita para 2014. Esta revisão considerou os valores arrecadados até o mês de Agosto, as consultas sobre transferências, convênios e operações de crédito firmado.

Para projetar as receitas próprias de IPTU, ISSQN, Dívida Ativa tomou-se por base o efetivamente arrecadado até julho, com re-projeção até o final de 2014, também considerada a evolução da receitas nos três últimos exercícios. Assim para o exercício de 2015 foi aplicado o percentual de 15,25% sobre a respectiva base e na seqüência tendo 12,92% em 2016; 10,95% em 2017, sempre em relação ao exercício anterior.

Na projeção das transferências constitucionais da receita, foram utilizados os seguintes percentuais de 13,04% para 2015; 11,34% em 2016; 9,86 % em 2017, cuja base reporta-se a dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL- SEFAZ RS, para o exercício de 2014.

O cenário macroeconômico adotado, apresentado no item Metodologia, definiu as taxas de inflação, de juros e de crescimento econômico que subsidiaram as estimativas das metas. Os valores das principais variáveis macroeconômicas que constituem o cenário utilizado foram definidos após consultas junto a órgãos oficiais que realizam esse tipo de estimativa, como IGP DI e percentuais de crescimento da receita.

IPTU – Foram mantidas, durante o período de 2015 a 2017, as mesmas taxas de inadimplência e antecipação consideradas para 2014. Para 2014, espera-se a implantação de medidas que melhorem a eficiência da arrecadação tributária e a ampliação do universo de contribuintes.

ISSQN – A maior parte desse imposto é constituída pelo ISSQN auto-lançado que varia, principalmente, em função da atividade econômica. Comparando os últimos três anos houve um acréscimo em torno de 20%/ano, na receita deste tributo. Período este no qual passou a vigorar a Lei da substituição tributária o que tem inibido a sonegação. A projeção deste tributo inclui a previsão de cobrança referente ao leasing concedido pelas Instituições Financeiras, Serviços de Cartórios e a implantação do GIS on line.

ITBI – A utilização de base de cálculo mais realista terá impacto na arrecadação do ITBI, em 2013. Nos anos de 2015 e 2017, considerou-se, um incremento de receita, devido o crescimento de 7% ao ano nos últimos três exercícios.

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – A previsão foi projetada considerando-se um grande esforço direcionado a este serviço, com a

contratação de servidores e novos equipamentos, que se encontra em fase de licitação. Também foi projetado um novo sistema de cobrança via banco para os contribuintes que optarem pelo parcelamento do REFis. Ainda foi considerada a cobrança devida pelas Instituições Financeiras referente ao leasing por elas concedido, em anos anteriores, o qual foi recolhido ao município das suas respectivas matrizes, quando deveriam ser pago ao nosso município.

FPM – Cresceu de acordo com a atividade econômica.

ICMS – Considerou-se que será mantido, para o período de 2015 a 2017, o mesmo valor nominal estimado para 2014, descontando-se a variação estimada para o Índice de Participação do Município de Pelotas na arrecadação do ICMS.

TRANSFERÊNCIAS DO SUS – A Secretaria Municipal de Saúde informou os valores estimados para 2014, que foram mantidos, em termos reais, para os anos seguintes.

TRANSFERÊNCIAS DO FNDE - A Secretaria Municipal de Educação informou os valores estimados para 2014, que foram mantidos, em termos reais, para os outros anos.

TRANSFERÊNCIAS DO FNAS - A Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social informou os valores estimados para 2015 que foram mantidos, em termos reais, para os outros anos, exceto casos onde se informava o término do convênio.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anexo II

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

METAS FISCAIS

Atendendo ao estabelecido no art. 4º §1º, da Lei Complementar nº 101 de 2000, e normatizado através da portaria STN nº 471 de 31/08/04, as metas anuais da Administração Pública da Prefeitura Municipal de Pelotas, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal e primário e dívida pública consolidada para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, estão abaixo discriminados.

I - Demonstrativo das Metas Anuais

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	939.552.250	894.811.667	25,04%	905.156.042	828.878.498	21,94%	898.576.677	787.419.691	19,87%
Receitas Primárias (I)	863.312.467	822.202.350	23,01%	859.957.291	787.488.648	20,84%	892.833.114	782.386.626	19,75%
Despesa Total	932.848.872	888.427.497	24,86%	897.582.017	821.942.737	21,75%	890.142.069	780.028.472	19,69%
Despesas Primárias (II)	914.465.804	870.919.813	24,37%	876.610.635	802.738.614	21,25%	865.934.457	758.815.424	19,15%
Resultado Primário (III) = (I – II)	-51.153.337	-48.717.464	-1,36%	-16.653.344	-15.249.966	-0,40%	26.898.657	23.571.202	0,59%
Resultado Nominal	-33.397.804	-31.807.433	-0,89%	31.063.900	28.446.143	0,75%	-7.156.974	-6.271.632	-0,16%
Dívida Pública Consolidada	93.992.589	89.516.752	2,51%	124.856.674	114.334.996	3,03%	117.466.005	102.935.061	2,60%
Dívida Consolidada Líquida	2.432.556	2.316.720	0,06%	33.496.456	30.673.708	0,81%	26.339.481	23.081.198	0,58%

Para se chegar aos valores constantes, as metas anuais do ano de 2015, 2016 e 2017 foram deflacionadas pelos índices projetados de inflação para o período, utilizando os seguintes índices:

Anos	2015	2016	2017
Valor Corrente	5,00%	4,50%	4,50%
Valor Constante	0,9523%	0,9113%	0,8721%

Para se obter os percentuais das metas fiscais previstas para o triênio 2015 a 2017, em relação ao PIB estadual, foram utilizados valores do Produto Interno Bruto do Estado, projetados pela Secretaria da Fazenda tendo como referência a evolução dos indicadores calculados pelo IBGE.

Os demonstrativos dos Anexos Fiscais de I à VIII, foram elaborados com base nos seguintes conceitos:

1 - as receitas não-financeiras correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;

2 – as despesas não-financeiras correspondem ao total da despesa orçamentária deduzida as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

3 – o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas não-financeiras e as despesas não-financeiras;

4 – o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 05 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

6 – a Dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

7 - as deduções (ativo disponível e haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados) e os passivos reconhecidos, para efeito de apuração do resultado nominal e da dívida consolidada líquida, foram calculados utilizando-se os percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

II. Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)					R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	760.460.774,40	0,2566%	599.123.782,36	0,2022%	-161.336.992,04	-21,22%
Receitas Primárias (I)	621.947.301,40	0,2099%	598.267.845,25	0,2019%	-23.679.456,15	-3,81%
Despesa Total	760.460.774,40	0,2566%	543.486.149,51	0,1834%	-216.974.624,89	-28,53%
Despesas Primárias (II)	731.464.330,05	0,2468%	527.641.106,62	0,1781%	-203.823.223,43	-27,87%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-109.517.028,65	-0,0370%	70.626.738,63	0,0238%	180.143.767,28	-164,49%
Resultado Nominal	180.799.536,65	0,0610%	-137.210.382,97	-0,0463%	-318.009.919,62	-175,89%
Dívida Pública Consolidada	639.373.849,18	0,2158%	237.424.460,71	0,0801%	-401.949.388,47	-62,87%
Dívida Consolidada Líquida	513.056.368,20	0,1731%	100.635.061,88	0,0340%	-412.421.306,32	-80,39%

FONTE: Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013, Balanço Geral 2013, Relatório Gestão Fiscal 3º quadrimestre 2013

III – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	545.124.421,08	599.123.782,36	1,0991	819.852.939,00	1,3684	939.552.250,00	1,1460	905.156.042,25	0,9634	898.576.676,97	0,9927
Receitas Primárias (I)	534.974.555,45	598.267.845,25	1,1183	788.035.243,00	1,3172	863.312.467,00	1,0955	859.957.291,25	0,9961	892.833.113,97	1,0382
Despesa Total	565.002.861,66	543.486.149,51	0,9619	813.460.714,00	1,4967	932.848.872,00	1,1468	897.582.017,26	0,9622	890.142.068,76	0,9917
Despesas Primárias (II)	546.315.962,31	527.641.106,62	0,9658	798.512.339,00	1,5134	914.465.804,13	1,1452	876.610.635,27	0,9586	865.934.456,98	0,9878
Resultado Primário (III) = (I - II)	-11.341.406,86	70.626.738,63	-6,2273	-10.477.096,00	-0,1483	-51.153.337,13	4,8824	-16.653.344,02	0,3256	26.898.656,99	-1,6152
Resultado Nominal	-50.054.838,20	-137.210.382,97	2,7412	-64.804.701,74	0,4723	-33.397.804,43	0,5154	31.063.899,85	-0,9301	-7.156.974,14	-0,2304
Dívida Pública Consolidada	145.601.832,48	237.424.460,71	1,6306	126.095.669,31	0,5311	93.992.589,36	0,7454	124.856.674,08	1,3284	117.466.004,97	0,9408
Dívida Consolidada Líquida	237.845.444,85	100.635.061,88	0,4231	35.830.360,14	0,3560	2.432.555,71	0,0679	33.496.455,57	13,7701	26.339.481,43	0,7863

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	611.054.537,63	634.536.790,89	1,0384	819.852.939,00	1,2920	894.811.666,67	1,0914	824.931.457,96	0,9219	783.670.072,94	0,9500
Receitas Primárias (I)	599.677.095,69	633.630.261,05	1,0566	788.035.243,00	1,2437	822.202.349,52	1,0434	783.738.702,44	0,9532	778.660.975,16	0,9935
Despesa Total	633.337.177,79	575.610.528,84	0,9089	813.460.714,00	1,4132	888.427.497,14	1,0922	818.028.723,86	0,9208	776.314.050,69	0,9490
Despesas Primárias (II)	612.390.189,91	558.828.917,15	0,9125	798.512.339,00	1,4289	870.919.813,46	1,0907	798.916.049,46	0,9173	755.202.017,20	0,9453
Resultado Primário (III) = (I - II)	-12.713.094,22	74.801.343,90	-5,8838	-10.477.096,00	-0,1401	-48.717.463,93	4,6499	-15.177.347,02	0,3115	23.458.957,96	-1,5457
Resultado Nominal	-56.108.724,59	-145.320.614,29	2,5900	-64.804.701,74	0,4459	-31.807.432,79	0,4908	28.310.685,67	-0,8901	-6.241.767,22	-0,2205
Dívida Pública Consolidada	163.211.657,71	251.458.145,73	1,5407	126.095.669,31	0,5015	89.516.751,77	0,7099	113.790.543,71	1,2712	102.444.894,29	0,9003
Dívida Consolidada Líquida	266.611.681,13	106.583.399,12	0,3998	35.830.360,14	0,3362	2.316.719,73	0,0647	30.527.642,35	13,1771	22.971.287,66	0,7525

FONTE: IPCA de 2012 e de 2013 cfe.site do IBFE e 2015 a 2017 cfe.projeção da LDO da União

V. Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos

VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado deve ser elaborada pelo ente que prever, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, tendo em vista que a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 17, estabelece que no caso de aumento de despesas nos termos definidos, este deve ser justificado com o aumento de receita decorrente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição ou na redução de despesas, de modo a não comprometer as metas previstas no § 1º do art. 4º da LRF.

Face o município de Pelotas não prever a elevação de receita com os parâmetros acima, a margem a que se refere a lei, decorre do crescimento da receita pela expansão da economia, mais o incremento.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Reserva para Riscos Fiscais	200.000,00	Abertura de Crédito Suplementar	1.000.000,00
Reserva para Abertura de Créditos	800.000,00		
Reserva Sanep	800.000,00	Abertura de Crédito Suplementar	800.000,00
TOTAL	1.800.000,00	TOTAL	1.800.000,00

